



POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO *DISGORGEMENT* NO DIREITO BRASILEIRO



Autor: Victor Villanova Valente

Orientadora: Tula Wesendonck

Instituição de origem: UFRGS - Faculdade de Direito

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

❖ *Disgorgement of profits*, instituto originado na *common law*, é um mecanismo de *restitution for wrongs*, encontrado no gênero dos *gain-based damages*.

❖ Trata-se de remédio restitutivo com finalidade de restituir lucros obtidos através de ato ilícito independentemente da aferição de prejuízo a outrem.

PROPÓSITO DO TRABALHO

❖ Análise da necessidade da inclusão de um mecanismo como o *disgorgement of profits* no ordenamento jurídico brasileiro, para fins de impedir a obtenção de lucro ilícito, bem como de desincentivar a prática dos atos ilícitos que visam enriquecimento.

BIBLIOGRAFIA

- CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MICHELON JR., Cláudio. *Direito restitutivo: enriquecimento sem causa, pagamento indevido, gestão de negócios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ROSENVALD, Nelson; KUPERMAN, Bernard Korman. *Restituição de ganhos ilícitos: há espaço no Brasil para o disgorgement?* Revista Fórum de Direito Civil – RFDC, Belo Horizonte, ano 6, n. 14, p. 11-31, jan./abr. 2017.
- SAVI, Sérgio. *Responsabilidade Civil e Enriquecimento Sem Causa: O lucro da intervenção*. São Paulo: Atlas, 2012.

METODOLOGIA

- ❖ Pesquisa doutrinária
- ❖ Exame de dispositivos legais
- ❖ Análise jurisprudencial

CONCLUSÕES

- ❖ Incompatibilidade com a Responsabilidade Civil, que cuida de efeitos indenizatórios, de forma que a introdução de mecanismo relacionado ao lucro seria contrário à concepção desse instituto.
- ❖ Relativa compatibilidade com o enriquecimento sem causa.
- ❖ O art. 884 do CC pode ser utilizado como fundamento para a introdução de um instituto como o *disgorgement*, contudo, a função subsidiária do enriquecimento sem causa revela-o insuficiente para, por si só, regular situações de lucros obtidos através de ato ilícito.